

mo metropolitano do comércio colonial — construiu-se, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, no mecanismo através do qual se processava a apropriação, por parte dos mercadores das metrópoles, dos lucros excedentes gerados nas economias coloniais; assim, pois, o sistema colonial em funcionamento, configurava uma *peça da acumulação primitiva* de capitais nos quadros do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu. Com tal mecanismo, o sistema colonial ajustava, pois, a colonização ao seu sentido na história da economia e da sociedade modernas.

c) *Escravidão e tráfico negro*

A análise que vimos esboçando do Antigo Sistema Colonial não se completa sem o estudo, sumário embora, do tipo de economia que se organiza nas colônias. Já vimos que a indicação das grandes linhas da estrutura sócio-econômica colonial é indispensável para se compreenderem inclusive os mecanismos da exploração ultramarina; veremos adiante que somente depois dessa análise poderemos tentar caracterizar globalmente a dinâmica do sistema colonial.

O ponto de partida para a caracterização da *economia colonial* é o sentido mais profundo da colonização e o mecanismo de base das relações metrópole-colônia. Efetivamente, é em função daquele sentido básico que se processa a expansão européia, e se organizam as atividades produtivas no Novo Mundo. Ocupação, povoamento e valorização econômica das novas áreas se desenvolvem nos quadros do capitalismo comercial do Antigo Regime, em função dos mecanismos e ajustamentos dessa fase da formação do capitalismo moderno; no fundo e no essencial, a expansão européia, mercantil e colonial, processava-se segundo um impulso fundamental, gerado nas tensões oriundas na transição para o capitalismo industrial: acelerar a primitiva acumulação capitalista é pois o sentido do movimento, não presente em todas as suas manifestações, mas imanente em todo o processo.

Neste sentido, a *produção* colonial orienta-se necessariamente para aqueles produtos que possam preencher a função do sistema de colonização no contexto do capitalismo mercantil; mercadorias comercializáveis na economia central, com procura manifesta ou latente na sociedade européia. São, sobretudo, os produtos tropicais: açúcar, tabaco, algodão, cacau, anil; matérias primas, como peles para as vestimentas de luxo, madeiras tintoriais, etc. Para além, natural-

mente, metais nobres, para que a expansão da economia de mercado se não travesse por escassez de numerário.

O primeiro ensaio colonizador, nas ilhas atlânticas, começou muito cedo⁽⁹²⁾, sob o estímulo direto do Infante D. Henrique, que para lá enviou os primeiros povoadores. A idéia inicial parece ter sido a de povoar para manter a posse das estratégicas ilhas, ao mesmo tempo em que se procurava guardar segredo das rotas e dos descobrimentos. Organizava-se assim uma economia mais voltada para o consumo dos pioneiros, posto que com pequena exportação de cereais para a metrópole, já carente deles. Não tardou porém que a economia insulina se voltasse para o mercado externo, visando a Portugal e logo a seguir ao mercado europeu em geral; a introdução da agro-indústria do açúcar nas ilhas, especialmente na Madeira, sua rápida difusão⁽⁹³⁾, ajustaram a pouco e pouco as atividades produtivas às linhas comerciais da economia européia em expansão. Com o desenvolvimento da economia açucareira no Brasil, foi a viticultura que, a partir do fim do século XVI, passou a dominar a produção da Madeira.

No Brasil, igualmente, a colonização propriamente dita (ocupação, povoamento, valorização) obedeceu de início a preocupações antes de tudo políticas: visava-se, através do povoamento, preservar a posse já então disputada pelos corsários holandeses, ingleses e franceses⁽⁹⁴⁾. As sugestões nesse sentido feitas a el-Rei D. João III (entre outros, por Diogo de Gouveia) já apontam contudo para o exemplo das Ilhas Atlânticas⁽⁹⁵⁾. Quando enfim se enceta a colonização, é a agricultura que visivelmente se tem em mira nas cartas de doação das capitânicas, onde o donatário recebe privilégio de fabricar e possuir engenhos d'água e moendas⁽⁹⁶⁾. Destarte, a colonização da América Portuguesa organizava-se desde o início em função da produção açucareira, para o mercado europeu, e assim desenvolveu-se ao longo do século XVI.

⁽⁹²⁾Cf. Joel Serrão - «Na alvorada do mundo atlântico», in *O Século dos Descobrimentos*. São Paulo, 1961, pp. 141-157.

⁽⁹³⁾Cf. V. Magalhães-Godinho - *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*. Lisboa, 1962, pp. 165-176.

⁽⁹⁴⁾Cf. Celso Furtado - *Formação Econômica do Brasil*, pp. 14-15.

⁽⁹⁵⁾Cf. Lúcio de Azevedo - *Épocas de Portugal Econômico*, 2ª edição pp. 233-235. Vide a carta de João de Melo Câmara, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, t. III, pp. 83-91.

⁽⁹⁶⁾Cf. Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 240. R. Simonsen, *op. cit.*, p. 83.

Quando as nações ibéricas perdem sua posição privilegiada no Ultramar e a concorrência colonial se generaliza, assistimos ao mesmo ajustamento da expansão colonial às linhas de funcionamento do sistema. O assalto holandês, inglês e francês às Antilhas de Castela, já o vimos, visou de início ao estabelecimento de cabeças de ponte para o melhor atuar sobre o sistema colonial de Espanha. O meado do século porém marca ali também a mudança de rumo; com a introdução da economia açucareira, as ilhas do «mediterrâneo americano» organizavam-se em produtoras dos mercados europeus⁽⁹⁷⁾.

Os espanhóis, por seu turno, defrontaram, nas áreas do Novo Mundo, que lhes ficaram reservadas pelas prioridades dos descobrimentos e pelos ajustes pontifícios, com populações mais densamente concentradas e de nível cultural mais elevado. A acumulação prévia de riqueza bem como as dificuldades de entabular-se uma exploração puramente comercial, levou ali a uma terceira alternativa: a conquista, isto é, o saque das riquezas acumuladas e a dominação dos aborígenes, com desmantelamento direto de suas estruturas políticas tradicionais. A conquista-espanhola põe a nu as linhas de força da colonização moderna. Passada esta fase, a colonização se organizava em torno da mineração da prata e do ouro, que é o seu eixo central, em torno do qual, tudo o mais girava⁽⁹⁸⁾; também neste caso, portanto, é a produção para o mercado europeu que domina o processo colonizador.

Na América Setentrional, finalmente, assistimos ainda uma vez ao mesmo movimento. Colonizadas a partir de 1607 (*settlement* da Virgínia), a emigração para essas áreas tem conotação diferente. Embora estejam presentes os impulsos mais fundamentais da expansão europeia, na sua versão inglesa, outros componentes interferiam, matizando os resultados. A emigração para várias colônias americanas organizou-se mediante companhias, que engajavam trabalhadores para a exploração da América norte-atlântica, visando a lucros coloniais; outras vezes, tratava-se da emigração espontânea de grupos perseguidos pelas reviravoltas políticas e religiosas da Inglaterra, na fase de organização do estado moderno. O sistema das companhias funcionou via de regra mal; financeiramente, quase todas fracassaram. As dificuldades de organizar uma produção complementar à

⁽⁹⁷⁾Cf. Celso Furtado, *Op. cit.*, pp. 37-44.

⁽⁹⁸⁾Cf. Céspedes del Castillo - «La sociedad colonial americana en los siglos XVI y XVII», in *Historia social y económica de España y América*, dir. J. Vicens-Vives, t. III, p. 470.

metropolitana foi um dos fatores; outros serão examinados adiante, no devido lugar. No fim do século porém, a expansão do consumo europeu do tabaco abriu para as colônias inglesas ao sul do Delaware a possibilidade de se entrosarem nas linhas do comércio europeu; sobretudo na Virgínia, processou-se rapidamente a transformação de uma colônia de povoamento, organizada à base da pequena e média propriedade com uma produção diversificada, para uma colônia de exploração organizada em grandes propriedades escravistas produzindo para o mercado externo⁽⁹⁹⁾. Somente naquelas áreas mais setentrionais, especialmente na Nova Inglaterra, situadas em zona geográfica de clima temperado, onde a possibilidade de montagem de uma economia complementar ficava muito reduzida pelo quadro natural ou mesmo impossibilitada, persistiam as antigas estruturas das colônias de povoamento. A constituição ao sul, no Continente e nas Ilhas antilhanas, de plantações especializadas em produtos de exportação e pois carentes de produtos alimentares e manufaturados, abriu para essas colônias setentrionais a possibilidade de um mercado externo para madeiras, cereais, manufaturas, etc. A proximidade dos dois tipos de colônias, estruturalmente divergentes, criava pois uma situação inteiramente nova, particularmente favorável às colônias de povoamento do Hemisfério Norte. Por estas interessava-se menos a metrópole, pois elas não podiam fornecer senão produtos similares aos europeus, e portanto não se podiam configurar em economias anclares. A economia diversificada de subsistência, voltada para o consumo interno, que caracterizava essas colônias tinha poucas condições de desenvolver um alto nível de produtividade e de renda, até que se lhes abrissem mercados externos; o que é fundamental destacar, porém, é que esses mercados, quando se abrem, são de natureza essencialmente diversa do mercado externo comum às demais colônias. O mercado externo das colônias, no sistema colonial, é o mercado metropolitano; a vinculação se dá através do regime do «exclusivo» que promove uma exploração da colônia pela metrópole. Aqui, no caso da Nova Inglaterra, o mercado externo eram outras colônias, inglesas, francesas, holandesas, espanholas. Quer dizer, a relação que se estabeleceu não se firmava nos mecanismos do sistema; assim, as rendas geradas nessa relação não se carreavam (como era regra na relação metrópole-colônia) para fora mas concentra-

⁽⁹⁹⁾Cf. E. Kirkland - *Historia Económica de los Estados Unidos*, trad. esp. México, pp. 70 segs.

vam-se na economia exportadora. Este o ponto fundamental para se entender o desenvolvimento posterior dessas colônias, de todo em todo surpreendente nos quadros do sistema colonial⁽¹⁰⁰⁾ Formam uma exceção, são «colônias» apenas no estatuto político nominal, não são a rigor, estruturalmente, colônias. Mas, veja-se bem, é a partir do sistema colonial que se podem entender, inclusive na sua atualidade.

No conjunto, portanto, é possível divisar o movimento geral que caracteriza a montagem da colonização moderna dentro dos mecanismos do sistema colonial: povoamento inicial, com produção para o consumo local; em seguida, entrosamento nas linhas do comércio europeu, e pois nos mecanismos da economia reprodutiva europeia. Ao passarem a produzir para o mercado externo, articulavam-se no sistema pois o regime desse comércio é como já vimos o nervo do sistema. Destarte, ajusta-se a colonização ao sentido do sistema colonial do capitalismo mercantil: através da exploração das áreas ultramarinas promovia-se a originária acumulação capitalista na economia europeia.

E não só a produção, mas o *ritmo* dela teve também de ajustar-se ao sistema; é em última instância o mercado europeu, a flutuação da procura europeia dos produtos ultramarinos (*Kolonialwaren*) que define a maior ou menor extensão da produção colonial. E claro que ao lado dessa produção essencial para o mercado europeu, organizava-se nas colônias todo um setor; dependente do primeiro, da produção que visava a suprir a subsistência interna, daquilo que não podia ser a provisão pela metrópole⁽¹⁰¹⁾. Mas, ainda aqui, são os mecanismos do sistema colonial que definem o conjunto e imprimem o ritmo em que se movimenta a produção. Nos períodos em que a procura externa se retraía, isto é, quando baixavam os preços europeus dos produtos coloniais, as unidades produtoras na colônia tendiam a deslocar fatores para a produção de subsistência, pois diminuiu sua capacidade de importar, quando, ao contrário, ampliava-se a procura externa, as unidades produtivas coloniais tendiam a mobilizar todos os fatores na produção exportadora; abria-se, então, à economia colonial de subsistência a possibilidade de desenvolver-se autonomamente. Era pois o setor de exportação que comandava o processo produtivo no seu conjunto.

⁽¹⁰⁰⁾Cf. Celso Furtado - *Op. cit.*, pp. 37-44.

⁽¹⁰¹⁾Cf. Caio Prado Junior - *Formação do Brasil contemporâneo*, 4ª ed., São Paulo, 1953, p. 13-26, 114-123, 151-153.

Vistas pois em conjunto, as economias coloniais periféricas configuram setores especializados na produção de determinadas mercadorias para o mercado europeu. *Produção mercantil*, portanto, e aqui reaparece o elo profundo que liga a expansão colonial com o desenvolvimento econômico europeu na fase do capitalismo comercial: a expansão ultramarina resultou, como antes procuramos explicar, do esforço de superação dos obstáculos que a economia mercantil europeia encontrava para manter seu ritmo de crescimento. As economias coloniais, em que resulta afinal a expansão ultramarina, acabam por configurar, encaradas globalmente no contexto da economia mundial, setores produtivos especializados, enquadrados nas grandes rotas comerciais, e pois mercados consumidores em expansão. Neste sentido, significa *ampliação da economia de mercado*, respondendo assim às necessidades do capitalismo em formação.

Mais ainda, toda a estruturação das atividades econômicas coloniais, bem como a formação social a que servem de base, definem-se nas linhas de força do sistema colonial mercantilista, isto é, nas suas conexões com o capitalismo comercial. E de fato, não só a concentração dos fatores produtivos no fabrico das mercadorias-chave, nem apenas o volume e o ritmo em que eram produzidas, mas também o próprio modo de sua produção define-se nos mecanismos do sistema colonial. E aqui tocamos no ponto nevrálgico; a colonização, segundo a análise que estamos tentando, organiza-se no sentido de promover a primitiva acumulação capitalista nos quadros da economia europeia, ou noutros termos, estimular o progresso burguês nos quadros da sociedade ocidental. É esse sentido profundo que articula todas as peças do sistema: assim em primeiro lugar, o regime do comércio se desenvolve nos quadros do exclusivo metropolitano; daí, a produção colonial orientar-se para aqueles produtos indispensáveis ou complementares às economias centrais; enfim, a produção se organiza de molde a permitir o funcionamento global do sistema. Em outras palavras: não bastava produzir os produtos com procura crescente nos mercados europeus, era indispensável produzi-los de modo a que a sua comercialização promovesse estímulos à acumulação burguesa nas economias europeias. Não se tratava apenas de produzir para o comércio, mas para uma forma especial de comércio — o comércio colonial; é, mais uma vez, o sentido último (aceleração da acumulação primitiva de capital), que comanda todo o processo da colonização. Ora, isto obrigava as economias coloniais a se organizarem de molde a permitir o funcionamento do sistema de exploração

colonial, o que impunha a adoção de formas de trabalho compulsório ou na sua forma limite, o *escravismo*.

E assim a Europa pôde contemplar o espetáculo deveras edificante do renascimento da escravidão, quando a civilização ocidental dava exatamente os passos decisivos para a supressão do trabalho compulsório, e para a difusão do trabalho «livre», isto é, assalariado. Assim, enquanto na Europa dos séculos XVI, XVII e XVIII transitava-se da servidão feudal para o trabalho assalariado, que passou a dominar as relações de produção a partir da revolução industrial, no *Ultramar*, isto é, no cenário da europeização do mundo, o monstro da escravidão mais crua reaparecia com uma intensidade e desenvolvimento inéditos. Bem é certo que a perplexidade criada por tal situação na consciência cristã deu lugar, de um lado, a uma vigorosa linhagem de publicistas que sem contemplação denunciaram os horrores do *escravismo* moderno, e de outro, a notáveis contorções mentais para racionalizar a escravidão, compaginando-a à moral cristã⁽¹⁰²⁾. Bem é verdade, também, que Marx dizia que as colônias acabam por revelar o segredo da sociedade capitalista...

Vejamos pois de mais perto esse ponto, fundamental para a compreensão do conjunto do sistema que vimos analisando. A *escravidão* foi o regime de trabalho preponderante na colonização do Novo Mundo; o *tráfico negro* que a alimentou, um dos setores mais rentáveis do comércio colonial. Se à escravidão africana acrescermos as várias formas de trabalho compulsório, servil e semi-servil, — «encamienda», «mita», «indentured», etc. — resulta que estreitíssima era a faixa que restava, no conjunto do mundo colonial, ao trabalho livre. A colonização do Antigo Regime foi, pois, o universo paradisíaco do trabalho não-livre, o eldorado enriquecedor da Europa. A explicação desse fato tem tocado à-revezes o pitoresco. Assim, argumentava-se, por exemplo, que os europeus haviam «reconstruído» ao trabalho africano porque escasseava população na mãe-pátria com que povoar o Novo Mundo. A afirmação refere-se naturalmente a situações como a que se configurava entre o Brasil e Portugal; se invertermos as situações, por exemplo, a metrópole francesa em face das ilhas antilhãs, o argumento não faz sentido, aliás iniciou-se uma colonização de povoamento, que depois deu lugar ao *escravismo*. Por outro lado, em determinadas áreas prevaleceu o povoamento. Ademais, isso só

⁽¹⁰²⁾Cf. David Brion Davis - *The Problem of Slavery in Western Culture*, Ithaca, New York, 1970, especialmente pp. 108-111.

provaria que os europeus ou que as metrópoles europeias não dispunham de contingentes demográficos para povoar a América, e que «apelaram» então para a África... Nada explica, nesse argumento, que o tal «apelo» envolvesse nada menos que a escravização dos negros: o que se tem de explicar, de fato, é o regime escravista de trabalho.

Tratava-se, porém, essencialmente, de povoar? Nos quadros do sistema colonial, tratava-se, na essência, de explorar as novas áreas de modo a promover a primitiva acumulação capitalista nas metrópoles; isto envolvia naturalmente montagem de um aparato produtivo, e pois ocupação e povoamento, mas o essencial era a exploração. Daí a ocupação, isto é, a expansão geográfica visar a certas áreas (o Intertrópico) preferentemente, e o povoamento se organizar através do engajamento de trabalhadores (europeus, aborígenes ou africanos, conforme o caso) por parte dos colonos dirigentes da empresa colonial. O regime de trabalho — as várias formas de trabalho compulsório — entretanto fica ainda por explicar.

Ora, a produção colonial era, basicamente, como já vimos, produção para o mercado metropolitano, isto é, produção mercantil. Na economia de mercado, contudo, é o salariado o regime mais tenável; as formas de trabalho compulsório, por seu lado, vinculam-se (escravismo antigo, e sobretudo a servidão feudal) a economias pré-mercantis (a economia dominial fechada da Idade Média); exatamente, a emergência da economia mercantil (o desenvolvimento do comércio) tende a promover o desatamento dos laços servis, criando lentamente condições para a expansão do trabalho «livre» — era o processo em curso na Europa da Época Moderna. Neste sentido, o regime de trabalho prevalescente no mundo ultramarino do Antigo Regime se apresenta como um contra-senso. E de fato, como já procuramos indicar, a mercantilização da produção só pode generalizar-se, dominando as relações sociais, quando a força produtiva do trabalho se torna ela própria mercadoria, isto é, quando a economia mercantil se integra em capitalista. Nessa estrutura, o processo produtivo se inicia com uma inversão de capital (esse *quantum* de valor) na sua original forma — dinheiro, que, investindo-se, se transforma em fatores de produção (capital produtivo); a interação dos fatores elabora mercadorias, nova forma do capital (capital-mercadorias), que realizadas (vendidas) no mercado restitui ao capital sua forma dinheiro original, acrescida da valorização (mais-valia), que remunera assim os fatores (juros, lucros, rendas, salários) e permite a rein-

versão num nível mais elevado. Assim se amplia a produção capitalista, auto-estimulando-se. Cada vez que o capital volta a sua primitiva forma, permitindo a reinversão alargada, completa-se uma rotação. Ora, é evidente que só o trabalho assalariado permite tal funcionamento; se escravista o regime, trava-se a rotação, pois o pagamento do fator trabalho se tem de adiantar em parte (compra do escravo) enquanto no salariado só depois de consumida a mercadoria trabalho ela é remunerada no próprio processo produtivo, e noutra parte a manutenção da mercadoria-escravo distende a rotação (o tempo de vida do escravo), emperrando o sistema. Ademais, toda a extraordinária flexibilidade da economia capitalista fica bloqueada: a produção não se pode ajustar às flutuações da procura, pois é impossível dispensar o fator trabalho engajado de uma vez por todas⁽¹⁰³⁾. É pois menos rentável o trabalho escravo para a produção mercantil, trabalho oneroso, e como tal absurda instituição foi o escravismo considerado por Adam Smith⁽¹⁰⁴⁾, fruto do orgulho e do amor à dominação dos senhores de escravos.

É no entanto o *escravismo* (ou as outras formas de trabalho compulsório) é que dominou o panorama da economia colonial do mercantilismo. Não terá naturalmente isto ocorrido por estupidicez dos empresários coloniais, nem por suas taras dominadoras. É que a análise do problema não se pode limitar àquele plano lógico-formal. Examinado em si mesmo, o funcionamento da produção mercantil torna naturalmente impossível o emprego de escravos na produção para o mercado. Karl Marx, porém, que analisou a sociedade burguesa numa perspectiva ao mesmo tempo lógica e histórica, isto é, explicando simultaneamente a mecânica do seu funcionamento e as condições de sua instauração, não perde de vista que a formação do capitalismo se fez desintegrando a estrutura feudal-servil e artesanal (de produtores independentes) pré-existente; e pois, o desenvolvimento das relações mercantis ao desorganizar a antiga estrutura, aprofundando a divisão social do trabalho e a especialização da produção, ia criando mercado e portanto permitindo o impulsionamento do processo. No passo mais decisivo, de constituição do capitalismo propriamente dito, a dissolução dos laços sociais tradicionais pro-

⁽¹⁰³⁾Sobre as contradições da produção escravista para o mercado, Cf. Fernando Henrique Cardoso - *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, São Paulo, 1962, pp. 186 segs. Ocrávio Ianni - *As metamorfoses do Escravo*, São Paulo, 1962, pp. 80 segs. E. Genovese - *The Political Economy of Slavery*, New York, 1967, pp. 41-106.

⁽¹⁰⁴⁾Cf. Adam Smith - *The Wealth of Nations*. Ed. Cannan, pp. 364-366.

move a expansão da forma assalariada do regime de trabalho: processo que pressupõe de um lado a libertação do trabalhador de todas as prestações servis, mas de outro lado, ao mesmo tempo, dissociação entre o produtor e seus instrumentos produtivos, ficando privado de quaisquer fatores de produção que não a força de seu trabalho⁽¹⁰⁵⁾. No seu processo histórico, portanto, o desenvolvimento do trabalho «livre», isto é, assalariado, envolveu de uma parte, a superação dos laços servis (prestações, banalidades, etc.), de outra, a separação entre os produtores-diretos e todos os demais fatores de produção (direitos que os camponeses-servos tinham sobre as terras, instrumentos com que produziam sua subsistência, ou a dissolução da produção artesanal de produtores independentes). Não cabe aqui, naturalmente, estudar esse longo processo histórico de formação do regime assalariado de trabalho⁽¹⁰⁶⁾. Através dele contudo é que a força do trabalho emerge na sua pureza, compelida a trocar-se no mercado; se ligada a outros meios de produção, ao invés de alugar seu trabalho, o produtor utilizaria esses fatores, vendendo mercadorias como produtor autônomo, e o capitalista não teria lugar ao sol: isolada dos demais componentes do processo produtivo, a força de trabalho transforma-se em mercadoria, com o que se integra o modo capitalista de produção. Como se sabe, é somente a partir da Revolução Industrial que esse processo de constituição do capitalismo adquire uma irreversível força de autopromoção. Na consciência burguesa, é claro, o que se viu nesse longo processo histórico de formação do assalariado foi a «libertação» do trabalho das injunções servis, barbarismo antigo, exatamente porque na economia capitalista as relações mercantis do regime de trabalho velavam a nova forma de exploração (valorização através da gestão da mais-valia). O mesmo Marx, porém, implacável analista do mundo burguês, precisamente por ter levado sua análise para além de todas mistificações da realidade, pôde constatar com nitidez que nas colônias eram desfavoráveis as condições de constituição do regime de trabalho «livre», sempre havendo a possibilidade de o produtor-direto assalariado, apropriando-se de uma gleba de terra despovoada, transformar-se em produtor independente. Assim, enquanto na Europa moderna o desenvolvimento capitalista «libertava» os produtores diretos da servidão medieval e integrava-os como assalariados na nova estrutura de produção que destarte camuflava a exploração do trabalho, as economias

⁽¹⁰⁵⁾Karl Marx - *Capital* (trad. esp. México, 1946), vol. I, pp. 184-188, 801 segs.

⁽¹⁰⁶⁾Cf. Marx - *Capital*, vol. I, pp. 801 segs.

coloniais periféricas, montadas exatamente como alavancas do crescimento do capitalismo e integradas nas suas linhas de força, punham a nu essa mesma exploração na sua crueza mais negra... As colônias timbravam em revelar as entranhas da Europa.

Eric Williams⁽¹⁰⁷⁾, que retoma as análises marxistas para estudar a gênese do moderno escravismo, nota com muita razão que a implantação do escravismo colonial, longe de ter sido uma opção (salariato, escravismo), foi uma imposição das condições histórico-econômicas. E aqui nos reencontramos com o sentido profundo da colonização e os mecanismos do Antigo Sistema Colonial, tocando agora no ponto essencial de sua compreensão. Efetivamente, nas condições históricas em que se processa a colonização da América, a implantação de *formas compulsórias de trabalho* decorria fundamentalmente da *necessária adequação da empresa colonizadora aos mecanismos do Antigo Sistema Colonial*, tendente a promover a primitiva acumulação capitalista na economia europeia; do contrário, dada a abundância de um fator de produção (a terra), o resultado seria a constituição no Ultramar de núcleos europeus de povoamento, desenvolvendo uma economia de subsistência voltada para o seu próprio consumo, sem vinculação econômica efetiva com os centros dinâmicos metropolitanos. Isto, entretanto, ficava fora dos impulsos expansionistas do capitalismo mercantil europeu, não respondia às suas necessidades. Em tese, pois, não ficaria vedada a possibilidade de uma colonização no seu sentido mais lato de ocupação, povoamento e valorização de novas regiões. Tratava-se, porém, naquele momento da história do Ocidente, de *colonizar para o capitalismo*, isto é, segundo os mecanismos do sistema colonial, e isto impunha o trabalho compulsório. A colonização da época mercantilista conforma-se ao sentido profundo inscrito nos impulsos da expansão, ou seja, é o elemento «mercantilista» — quer dizer, mercantil-escravista — que comanda todo o movimento colonizador. Produzir para o mercado europeu nos quadros do comércio colonial tendentes a promover a acumulação primitiva de capital nas economias europeias exigia formas compulsórias de trabalho, pois do contrário, ou não se produziria para o mercado europeu (os colonos povoadores desenvolveriam uma economia voltada para o próprio consumo), ou se imaginasse uma produção exportadora organizada por empresários que assalariassem trabalho, os custos da produção seriam tais que impediriam a exploração colo-

nia, e pois a função da colonização no desenvolvimento do capitalismo europeu (os salários dos produtores diretos tinham de ser de tal nível que compensassem a alternativa de eles se tornarem produtores autônomos de sua subsistência evadindo-se do salariato: como poderiam, então, funcionar os mecanismos do «exclusivo» comercial?).

Por outro lado, a produção colonial exportadora, no volume e no ritmo definido pelos mercados europeus, atendendo pois às necessidades do desenvolvimento capitalista, só se podia ajustar ao sistema colonial organizando-se como produção em larga escala, o que pressupunha amplos investimentos iniciais; com isto ficava também excluída a possibilidade de uma produção organizada à base de pequenos proprietários autônomos, que produzissem sua subsistência, exportando o pequeno excedente. Se podemos, contudo, examinar analiticamente a impossibilidade dessas alternativas, aos homens do início dos Tempos Modernos, que montaram a colonização capitalista, a produção escravista (ou para-escravista) devia apresentar-se, como observou E. Williams, quase como «natural», tal o condicionamento histórico-econômico em que se movia a expansão europeia.

Assim, desenvolveu-se a colonização do Novo Mundo centrada na produção de mercadorias-chaves destinadas ao mercado europeu, produção assente sobre formas várias de compulsão do trabalho — no limite, o escravismo; e a exploração colonial significava, em sua última instância, exploração do trabalho escravo. Assim também os colonos metamorfosearam-se em senhores de escravos, assumindo a personagem que lhes destinara o grande teatro do mundo; nem é para admirar que desenvolvessem aquela volúpia pela dominação de outros homens — era apenas a miséria da condição humana presa às malhas do sistema.

Efetivamente, a escravização do negro remonta ao início mesmo da expansão ultramarina; e Zurara descreveu em página notável a chegada dos primeiros escravos à Europa cristã⁽¹⁰⁸⁾. As primeiras levas da mercadoria-escravo destinavam-se ao «consumo» na própria Europa, numa fase de expansão comercial, pré-colonizadora. Não teve grande extensão essa inserção do trabalho escravo em meio a uma economia capitalista-mercantil em expansão; é no mundo colonial ultramarino que encontrará, pelos condicionamentos já apontados, o seu campo de desenvolvimento. Nas ilhas atlânticas, primeiro

⁽¹⁰⁸⁾Cf. Gomes Eanes de Zurara - *Crônica dos feitos da Guiné*, cap. XXIV ed. A. J. Dias Dinis, Lisboa, 1949, pp. 122-123.

⁽¹⁰⁷⁾Cf. Eric Williams - *Capitalism & Slavery*, 2ª ed., N. York, 1961, pp. 3-7.

ensaio colonizador moderno, na medida mesma em que o povoamento inicial de economia diversificada mais consuntiva se transformava em produção especializada para o mercado metropolitano, enrijecia o regime de trabalho; no passo seguinte, introduziu-se a escravidão africana: «estendeu-se a cultura a um mundo novo; prosperou, e entretanto era a África despojada de seus filhos selvagens, para que tivessem os civilizados um barato jantar»⁽¹⁰⁹⁾.

Transplantada a agro-indústria para o Brasil, numa fase em que o consumo se disseminava em ampla escala e os preços voltavam a subir⁽¹¹⁰⁾, na fase da implantação compeliu-se o indígena ao árduo trabalho do cultivo da cana e fabrico do açúcar. A expansão da produção, consumindo cada vez mais a força de trabalho escravizada, deu lugar ao tráfico negro para o Novo Mundo. «É indubitável», diz Lúcio de Azevedo, «que ao açúcar se deve o desenvolvimento da escravatura no seio da civilização modernas»⁽¹¹¹⁾ — o que é talvez um modo exageradamente sintético de dizer as coisas; toda a complexa urdidura do sistema colonial fica conotada na palavra «açúcar». Sobre essa base escravista desenvolveu-se pois a colonização da América portuguesa, e a sociedade colonial foi sendo moldada sobre essa base⁽¹¹²⁾. Já o pe. Manuel da Nóbrega notava, nos primórdios da colonização⁽¹¹³⁾, que «os homens que para aqui vêm não acham outro modo senão viver do trabalho dos escravos». A introdução do escravo africano tem sido explicada de um lado, curiosamente, pela «inadaptação» do índio à lavoura, de outro, pela oposição jesuítica à escravização do aborígene. Não resta dúvida que a pregação inaciana terá pesado na defesa dos indígenas, embora seja de notar, de passagem, que não conseguiu salvuardá-los de todo: sempre que escasseavam os africanos (dificuldade de navegação no Atlântico, pela concorrência colonial, por exemplo) recorreu-se inapelavelmente à compulsão dos naturais⁽¹¹⁴⁾; também é verdade que os negros não contaram com a mesma defesa, e os argumentos justificadores de tal discrepância eram deveras edificantes, mas não nos cabe aqui entrar

⁽¹⁰⁹⁾Lúcio de Azevedo - *Épocas de Portugal Económico*, p. 228.

⁽¹¹⁰⁾Cf. Celso Furtado - *Formação Económica do Brasil*, pp. 18-21.

⁽¹¹¹⁾Lúcio de Azevedo - *Op. cit.*, p. 228.

⁽¹¹²⁾Cf. Eugene D. Genovese - *The World the Slaveholders Made*, N. York, 1969, sobretudo pp. 118 segs.

⁽¹¹³⁾Cf. *Cartas Jesuíticas*. Ed. da Academia Brasileira (Rio de Janeiro, 1931), vol. I, p. 110.

⁽¹¹⁴⁾Cf. Roberto Simonsen - *História Económica do Brasil*, pp. 209-222.

em questões teológicas. O que nos parece porém indiscutível é que os indígenas foram também utilizados em determinados momentos, e sobretudo na fase inicial; nem se podia colocar problema nenhum de maior ou melhor «aptrião» ao trabalho escravo, que disso é que se tratava. O que talvez tenha importado é a rarefação demográfica dos aborígenes, e as dificuldades de seu apresamento, transporte, etc. Mas na «preferência» pelo africano⁽¹¹⁵⁾ revela-se, cremos, mais uma vez, a engrenagem do sistema mercantilista de colonização; esta se processa, repitamo-lo tantas vezes quantas necessário, num sistema de relações tendentes a promover a acumulação primitiva na metrópole; ora, o tráfico negro, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante setor do comércio colonial, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia. Assim, os ganhos comerciais resultantes da preação dos aborígenes mantinham-se na colônia, com os colonos empenhados nesse «gênero de vida»; a acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto, fluía para a metrópole, realizavam-na os mercadores metropolitanos, engajados no abastecimento dessa «mercadoria». Esse talvez seja o segredo da melhor «adaptação» do negro à lavoura... escravista. Paradoxalmente, é a partir do tráfico negro que se pode entender a *escravidão africana colonial*, e não o contrário.

Nas Índias de Castela, nas colônias inglesas, francesas ou holandesas, variam regionalmente as incidências do fenómeno (não cabe aqui uma análise pormenorizada de todas as suas manifestações⁽¹¹⁶⁾), mas o pano de fundo se mantém: formas várias de tra-

⁽¹¹⁵⁾Segundo as estimativas de Maurício Goulart, teriam sido introduzidos no Brasil, até o fim do século XVIII, cerca de 2.200.000 africanos. Cf. *A Escravidão Africana no Brasil*. São Paulo, 1950, p. 217.

⁽¹¹⁶⁾Cf. para a América Espanhola: Céspedes del Castillo - «Las Indias en el Reino de los Reyes Católicos», *História Social y Económica de España y América*, dir. J. Vicens-Vives, t. II, pp. 549-547 e «La Sociedad Colonial Americana en los Siglos XVI y XVII», *Op. cit.*, t. III, pp. J.M. Otis Capdequi - *El Estado Español en las Indias*, 2.ª ed. México, 1946, pp. 34-47.

Para a América inglesa: Cf. H.U. Faulkner - *American Economic History* (N. York, 1960), p. 70-78. F.A. Shannon - *America's Economic Growth* (N. York, 1958), p. 14-20. E. Kirkland - *História Económica de Los Estados Unidos*, trad. esp. (México, 1947), p. 35-39, 70-78. R. Robertson - *História da Economia Americana*. Trad. port. (Rio de Janeiro, 1967), p. 65-68. Para a América Francesa: Gaston-Martin - *Histoire de l'Esclavage dans les Colonies Françaises*, Paris, 1948. *L'Ère des Nègres*. Paris, 1931. Para o conjunto: E. Williams - *Capitalism & Slavery*, 1961. D.A. Farnie - «The commercial empires of the Atlantic, 1607-1783». *Econ. Hist. Rev.*, XV, 1962, 205-218.

balho compulsório, servis ou semi-servis, escravismo em sua maior extensão, dominam a produção ultramarina da época mercantilista, e articulam a estrutura da sociedade colonial.

2) A Crise do colonialismo mercantilista

Tais as peças do sistema, e os mecanismos de seu funcionamento; dispomos agora dos elementos com que podemos analisar a sua crise. Pois que se pensamos em crise do sistema, é do seu próprio funcionamento que ela tem que provir, e não de fatores exógenos. Noutros termos, ao se desenvolver, o sistema colonial do Antigo Regime promove ao mesmo tempo os fatores de sua superação⁽¹¹⁷⁾.

E de fato: nos quadros do Antigo Sistema Colonial, a colonização da época mercantilista se desenvolveu nas suas grandes linhas promovendo a acumulação primitiva de capitais nas economias centrais europeias; para tanto, porém, isto é, para que a exploração colonial se possa processar, ia se engendrando no mundo ultramarino o universo da sociedade senhorial escravista⁽¹¹⁸⁾, cujas inter-relações e valores se antepõe cada vez mais aos da sociedade burguesa em ascensão na Europa. Detenhamo-nos, portanto, ainda por um momento, nas implicações do escravismo para a economia e sociedade coloniais.

Em primeiro lugar, no plado da *produção*, distinguem-se imediatamente dois setores básicos⁽¹¹⁹⁾: um, de exportação organizado em grandes unidades funcionando à base do trabalho escravo, centrado na produção de mercadorias para o consumo europeu, é o setor primordial, que responde à razão mesma da colonização capitalista; outro, subordinado e dependente do primeiro, de subsistência, para atender ao consumo local naquilo que se não importa da metrópole, no qual cabe a pequena propriedade e o trabalho independente, que se organiza para permitir o funcionamento do primeiro. A dinâmica do conjunto da economia colonial é definida pelo setor exportador; em certas circunstâncias e áreas determinadas, o setor subsistência pode adquirir certo vulto, como no caso da pecuária, e então se organiza em grandes

propriedades, ou nouros casos, incorpora o regime escravista. Mas a dinâmica global depende sempre do influxo externo, o centro dinâmico último é o capitalismo europeu: trata-se de uma *economia*, em todo o sentido do termo, *dependente*. O setor principal depende diretamente, o secundário, indiretamente.

Em segundo lugar, no nível das *relações sócio-econômicas*, a estrutura escravista determina um alto grau de concentração da renda nas mãos dos senhores de escravos, que são ao mesmo tempo proprietários das empresas produtoras de mercadorias para o comércio colonial. O produtor direto reduzido a condição de simples instrumento de trabalho — *instrumentum vocale* — isto é, o homem coisificado em escravo, não possui, por definição, renda própria; a renda concentra-se, pois, na camada senhorial⁽¹²⁰⁾. E aqui reencontramos o elemento que nos faltava para compreender os mecanismos do sistema: é exatamente essa *concentração da renda* necessária na sociedade colonial, que permite seu funcionamento, articulando enfim as várias peças da engrenagem. Atente-se bem: a renda global gerada nas economias periféricas só se realiza em última instância nos mercados da economia central, europeia; assim, a sua maior parte se transfere, através dos mecanismos do comércio colonial já analisados antes, para as metrópoles, ou antes, para os grupos burgueses ligados às transações ultramarinas; mas é o fato de a parcela (menor) que permanece na colônia se concentrar na pequena camada senhorial que permite o contínuo funcionamento da exploração colonial. De fato, é essa concentração de renda que faz com que, apesar de os mecanismos do regime de comércio transferirem o maior quinhão para a burguesia europeia, os colonos-senhores possam manter a continuidade do processo produtivo, e mesmo levar uma vida faustosa; da mesma forma, e ainda dentro da mecânica do sistema, têm os mesmos colonos recursos para importar os produtos da economia europeia. A renda na sua parte mais significativa cria-se nas exportações e se consome nas importações, transações que se fazem no regime colonial de comércio, o qual transfere para a metrópole os lucros do exclusivo. Assim, a produção colonial promove a acumulação primitiva na economia europeia. Encarada em conjunto, a sociedade colonial é expoliada pela burguesia metropolitana, mas nessa mesma

(120) Cf. Celso Furtado - *Formação Econômica do Brasil*, p. 58.

(117) O desenvolvimento contraditório parece inerente às várias etapas de exploração colonial do capitalismo. Vejam-se, para o século XIX, as análises de Marx sobre a dominação britânica na Índia. Cf. K. Marx e F. Engels - *Sobre el colonialismo*, Córdoba, 1973, *Cadernos de Pasado y presente*, n° 37.

(118) Cf. a análise de E. Genovese - *The World the Slaveholders Made*. N. York, 1969, pp. 118 segs.

(119) Cf. Caio Prado Júnior - *Formação do Brasil Contemporâneo*. 4ª ed. pp. 13-26, 113-123, 151-153.

sociedade colonial a camada de colonos-senhores situa-se numa posição privilegiada, o que permite a articulação das várias peças do sistema. E o escravismo, que é o reverso da medalha, reaparece como seu elemento essencial: mais uma vez, agora sob novo ângulo, *exploração colonial* significava exploração do trabalho escravo.

Não terminam porém aqui as implicações do *modo* que assume a *produção colonial*⁽¹²¹⁾. Produção para o mercado europeu à base do trabalho escravo, produção a um tempo *mercantil-escravista*⁽¹²²⁾, ela se processa em meio a condições de escassez de capital (ligada à exploração da Colônia pela Metrópole) e abundância do fator terra (já vimos as conexões estruturais entre disponibilidade de terras e ins-tauração da escravidão). Por outro lado, a própria estrutura escravista bloquearia a possibilidade de inversões tecnológicas; o escravo, por isso mesmo que escravo, há que manter-se em níveis culturais inferiores humanos, para que não se desperde a sua condição humana — isto é parte indispensável da dominação escravista. Logo, não é apto a assimilar processos tecnológicos mais adiantados. Em certas situações os colonos-senhores chegaram à maravilha de opor-se à catequese dos negros (que enfim era o argumento com o qual se justificava a sua vinda da África) pois já isto era perigoso: aprendiam uma língua comum, podiam comunicar-se os vários grupos africanos. Lembra-se de passagem que é uma ilusão supor-se, como às vezes se faz, estável a sociedade escravista; muito ao contrário, foram frequentes as fugas e rebeliões, e os troncos não eram nem de longe objetos decorativos. Não nos afastemos porém em demasia de nossas reflexões: nem havia capitais disponíveis, nem a estrutura escravista era favorável ao progresso técnico. Resultado: a economia colonial é de baixa produ-

tividade. Decorrência: ela cresce, como o notou Celso Furtado⁽¹²³⁾, extensivamente, isto é, por agregação de novas unidades com a mesma composição dos fatores. Mais ainda, como não reinveste em escassa crescente, mas apenas repõe e agrega, — dilapidada a natureza. A economia colonial, escravista-mercantil, é uma economia predatória. E reencontramos de novo o sentido primário da colonização: desdobramento da expansão comercial europeia, a colonização do Novo Mundo começou por uma atividade de pura exploração dos produtos naturais (pau-brasil, peles); ao se instaurar a produção colonial o sistema adquire extraordinária complexidade, mas mantém o sentido originário de depredação da paisagem natural. Neste sentido, pois, a expansão colonial tinha limites naturais: o esgotamento dos recursos dilapidados pelo modo colonial de produção. Como entretanto esse processo se desenvolve num contexto mais amplo, e não só puramente econômico em sentido estrito, muito antes de atingidos aqueles limites já se desencadeiam tensões de toda ordem. Com isso, entretanto, começamos a penetrar nas *contradições do sistema*.

E efetivamente, a estrutura escravista da economia e da sociedade colonial implicava ainda, indiretamente, numa *limitação ao crescimento da economia de mercado*. A contradição repon-ta pois na natureza mesma da produção colonial: mercantil e escravista a um tempo, isto é, produção de mercadorias para o capitalismo europeu através do trabalho escravo, esses dois componentes de finidores da economia colonial convivem dificilmente no mesmo contexto, provocando tensões. De um lado, o escravismo determina um baixo grau de produtividade e pois de rentabilidade na produção das colônias, como já vimos. Ora, como não houvesse condições para minimizar os custos através do progresso técnico, a camada senhorial-empresária tinha necessariamente que procurar reduzir ao mínimo o custo da manutenção da força de trabalho escravizada. Par tanto, procurava fazer com que os escravos produzissem pelo menos uma parcela substancial de sua subsistência dentro da própria unidade produtora para exportação. E assim se inseria, no bojo de uma economia basicamente mercantil, toda uma faixa de produção de subsistência cujo processo se desenrola à margem do mercado. Mais ainda: esta era a única forma de defender-se a economia colonial das flutuações do mercado consumidor europeu sobre o qual quase nenhuma ação poderia ter. Nas épocas de expansão da produ-

(121) Para o encaminhamento da análise da crise do sistema colonial, escopo deste capítulo, não nos parece indispensável entrar a fundo nas discussões sobre o «modo de produção colonial», embora fique implícita uma posição diante do tema. Os trabalhos de Ciro F. S. Cardoso são claramente aqueles que mais longe levaram esta conceituação (Cf. «Severo Martínez Peláez y el carácter del régimen colonial», «Sobre los modos de producción coloniales de América» e «El modo de producción esclavista colonial en América», in *Modos de Producción en América Latina*, intr. de J. C. Gatavalgia, Cuadernos de Pasado y Presente, n.º 40, Córdoba, 1973; os dois últimos estudos também publicados, in *América Colonial: ensaios*, org. Theo A. Santiago, Rio de Janeiro, 1975). Como é natural, dada a complexidade do problema, não coincidimos inteiramente com as suas formulações.

(122) Cf. E. Genovese - *The Political Economy of Slavery*. N. York, 1967, pp. 43 segs.

(123) Cf. Celso Furtado - *Formação Econômica do Brasil*. pp. 66-69.

ra, mobilizavam-se todos os fatores dentro das unidades produtivas de exportação para produzir para o mercado externo; abria-se, então, uma faixa para a produção colonial de subsistência autônoma (quer dizer, fora dos domínios da lavoura de exportação) vender ao setor exportador os seus excedentes. Em condições porém de estabilidade, ou depressão, nas grandes unidades produtivas exportadoras se deslocavam fatores da produção mercantil para a de subsistência; assim se preservava a estrutura, num nível baixíssimo de produtividade.

Acresça-se, por outro lado, que *no contexto do sistema colonial e da economia mercantil-escravista*, parte do pagamento do fator trabalho no processo produtivo era feito fora do parque produtor (referimo-nos ao pagamento do preço dos escravos aos seus mercados); a outra parte (ou seja, manutenção do escravo) processava-se através da produção de subsistência, não dando pois lugar a operações mercantis, pelo menos em larga escala. Logo, nenhuma das duas parcelas em que, na economia colonial, se dividia a remuneração do trabalho se constituía em procura interna, que estimulasse autonomamente o desenvolvimento econômico. Em suma: a economia colonial mercantil escravista tem necessariamente um mercado interno reduzidíssimo.

Isto significava, no conjunto do sistema, que a economia colonial ficava ainda mais dependente da economia metropolitana. Dada a estreiteza do mercado interno, não tinha condições de auto estimular-se, ficando ao sabor dos impulsos do centro dinâmico dominante, isto é, do capitalismo comercial europeu. Neste sentido, o fenômeno se ajustava ao sistema e não havia contradições... Porém, examinemo-lo sob outro ângulo. Já sabemos que na base de todo o processo de expansão moderna estão, em última instância, as tensões geradas no desenvolvimento do capitalismo comercial; a expansão europeia significou, no fundo, uma expansão comercial, abertura de novos mercados vantajosos, colonização. A colonização significava, como já vimos, também uma extensão da economia de mercado. Ora, bem *encaradas as economias coloniais periféricas em conjunto e as suas relações com a economia europeia*, como apêndice dela, a expansão colonial apresentava-se como expansão da economia de mercado; quer dizer, montavam-se núcleos que produziam para os mercados europeus. A colonização foi de fato um desdobramento da expansão comercial. *Examinadas internamente, entretanto*, na sua estrutura, as economias coloniais configuram um modo de produção escravista-mercantil, o que limita a constituição de seu mercado interno; há toda uma substancial camada da população (os produtores diretos) cujo consumo em grande parte se

desenrola à margem das transações mercantis. Expansão da economia de mercado, sim, mas trazendo no seu bojo limitações estruturais.

As decorrências disso eram de suma importância. Na economia colonial típica (escravista-mercantil), ou mais precisamente, na sociedade colonial (124), o universo das relações mercantis atingiu apenas a camada social superior dos colonos senhores de escravos; eles importavam das economias centrais mercadorias de vária espécie para o seu consumo próprio: produtos alimentares ou manufaturados para seu consumo pessoal, implementos para consumo produtivo. É claro que a realidade é um tanto mais complexa, pois a colonização envolve outras atividades (administrativas, militares, religiosas), o que amplia de certo modo a faixa da sociedade colonial ligada à economia mercantil; por outro lado, o próprio funcionamento da produção colonial, exigia outras categorias sociais além do binômio senhor-escravo. Na agro-indústria do açúcar, por exemplo, toda uma gama de operadores, funcionários, etc. (125); o comércio impunha intermediários, instalações. Tudo resultava, na colônia, na formação dos primeiros aglomerados urbanos, e mais uma vez ampliava-se a faixa da economia de mercado, complicando o esquema. Atente-se porém que todos estes componentes da sociedade colonial que estamos agora apontando (funcionários, administradores, clérigos, militares) são, no fundo, categorias secundárias da sociedade colonial, na medida em que a sua presença no mundo ultramarino decorria da economia escravista e da produção para o capitalismo europeu; — era para produzir para a metrópole que se colonizava, mas a colonização acabava por envolver outros ingredientes. Logo, as outras categorias sociais dependem do binômio matriz, senhor-escravo, da mesma maneira que o setor subsistência da produção colonial depende do setor exportador. No fundo portanto, e em última análise, no âmbito da colônia, tudo depende da camada senhorial, e a economia mercantil se expande em função dela.

(124) A extraordinária complexidade da «economia colonial» engendrada nas determinações do Antigo Sistema Colonial liga-se a *peculiaridade da formação social* que serve de suporte. Vejam-se as reflexões de Florestan Fernandes para uma caracterização da formação social brasileira. Cf. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1972, pp. 9-90.

(125) Veja-se o estudo de Stuart Schwartz sobre os lavradores de cana na Bahia: «Free labor in a Slave Economy: the lavradores de cana of colonial Bahias», in *Colonial Roots of Modern Brazil*, org. Dauril Alden, Berkeley, 1973, pp. 147-197.

O mecanismo fundamental portanto mantém-se. O universo das relações mercantis é função dos senhores e, digamos, agregados. A massa de produtores diretos (escravos) vive fora das relações mercantis, e isso trava a constituição de um mercado interno. No conjunto, tal configuração do mundo colonial responde ao funcionamento do sistema, enquanto as economias centrais se desenvolvem apenas no nível da acumulação primitiva de capitais, e a produção se expande no nível artesanal, ou mesmo manufatureiro. Quando porém essa etapa é ultrapassada, e a mecanização da produção com a Revolução Industrial, potenciando a produtividade de uma forma rápida e intensa, leva a um crescimento da produção capitalista num volume e ritmo que passam a exigir no ultramar mais amplas faixas de consumo, consumo não só de camadas superiores da sociedade, mas agora da sociedade como um todo, o que se torna imprescindível é a generalização das relações mercantis. Então o *sistema* se compromete, e entra *em crise*.

Ora, promovendo a primitiva acumulação capitalista nas economias centrais européias, o funcionamento do *sistema colonial* se comporta, como já vimos, como um instrumento fundamental (embora não o único, evidentemente: há que considerar fatores internos do desenvolvimento capitalista na Europa) a promover a ultrapassagem para o *capitalismo industrial*.

De fato, organizando-se nos quadros do sistema colonial, as economias periféricas desenvolviam a sua produção numa linha tendente a complementar a economia central, fornecendo aqueles produtos de que ela carecia e provendo matérias primas para sua produção industrial *manu* e depois *maquinofatureira*; configuram-se assim em autênticas *economias complementares*, tendentes a dar às metrópoles condições de autonomização econômica frente as demais potências mercantilistas. E note-se a importância deste mecanismo, numa época em que as práticas da política mercantilista se generalizavam entre os vários estados europeus. Os mercados coloniais eram exatamente aqueles onde, por definição, as normas do mercantilismo se podiam exercer: daí, as disputas verdadeiramente furiosas pela conquista desses mercados excepcionais.

Nesta linha, desenvolveu-se a política colonial das metrópoles no sentido de impedir a produção manufatureira nas colônias. Visava-se, assim, a preservar o mercado colonial para as manufaturas da mãe-pátria. Aliás, dada a estrutura social e econômica que se organizava nas colônias típicas, isto é, naquelas perfeitamente integradas

no sistema, as possibilidades de um desenvolvimento manufatureiro eram substancialmente reduzidas; nas colônias de povoamento, ao contrário, como a Nova Inglaterra, tais condições eram favoráveis: mas a Nova Inglaterra no pensamento mercantilista, era considerada «the most prejudicial plantation of this kingdom» (Josiah Child). (126) Desta forma, também, o êxito da política proibitória teve mais ou menos sucesso conforme incidiu sobre colônias mais ou menos ajustadas ao sistema. As colônias de povoamento constituíram-se exatamente na zona temperada do Novo Mundo, regiões não visadas pela colonização européia moderna na sua primeira fase, exatamente por não se poder organizar ali uma produção que satisfizesse aos reclamos do mercado europeu. Assim, no século XVII, é para essas regiões que se encaminham os emigrantes ingleses fugitivos de tensões políticas e religiosas da mãe-pátria, na tentativa de refazerem seu modo de vida no Novo Mundo. Formam-se pois as colônias de povoamento à margem do sistema, e é exatamente o esforço por enquadrá-las nele, que deflagra no fim do século XVIII a luta de independência e a constituição dos Estados Unidos, com o que se abre a crise no Antigo Regime.

De qualquer forma, no conjunto, predomina a situação em que a política proibitória encontra fraca resistência, dada a falta de condições econômicas para um surto manufatureiro no mundo colonial; destarte, a expansão da empresa colonizadora ultramarina envolveu efetivamente um alargamento crescente do *mercado consumidor de produtos manufaturados*.

Assim, em vários sentidos, as colônias do Antigo Regime complementam as economias nacionais européias, na fase de formação do capitalismo. Na medida em que preenchem as lacunas da economia metropolitana, dão-lhe maior grau de autonomização e, pois, melhor posição competitiva nos mercados internacionais; assim, indiretamente, favorecem mais uma vez o desenvolvimento econômico que nessa fase do capitalismo mercantil tem por elemento essencial a acumulação originária indispensável à transição para o capitalismo industrial.

Em suma, os elementos até aqui analisados, isto é os mecanismos de funcionamento do *sistema colonial*, permitem-nos explicitar agora sua posição no quadro do desenvolvimento ou antes da *formação*

(126) *A new discourse of Trade*, 1669. Apud Victor Clark - *History of Manufactures in the United States*, New York, 1949, v.1, p. 4.

do *capitalismo*. A colonização do Novo Mundo na Época Moderna, ou antes a exploração colonial ultramarina organizada nas linhas do antigo sistema colonial, configura um poderoso instrumento de *acumulação da acumulação primitiva* no contexto do capitalismo mercantil europeu; envolve, efetivamente, um processo de transferência de renda das colônias para os metrópoles, ou mais exatamente das economias periféricas para os centros dinâmicos da economia europeia, renda que tende a se concentrar na camada empresarial ligada ao comércio colonial. Num plano mais geral, constituindo-se em economias complementares, respaldo econômico das metrópoles, a colonização do antigo sistema colonial contribuiu poderosamente para o desenvolvimento das economias nacionais europeias, desenvolvimento nessa época que consiste em expansão do capitalismo mercantil, e pois, envolve também uma acentuação da acumulação capitalista.

Se recordarmos, agora, o que indicamos antes a propósito do capitalismo comercial como fase intermediária entre a desintegração do feudalismo e a Revolução Industrial, o *sistema colonial* mercantilista apresenta-se-nos atuando sobre os dois pré-requisitos básicos da *passagem para o capitalismo industrial*⁽¹²⁷⁾: efetivamente, a exploração colonial ultramarina promove, por um lado, a primitiva acumulação capitalista por parte da camada empresarial; por outro lado, amplia o mercado consumidor de produtos-manufaturados. Aí, pois, simultaneamente, de um lado, criando a possibilidade do surto manufatureiro (acumulação capitalista), por outro lado a sua necessidade (expansão da procura dos produtos manufaturados). Criamos, assim, os pré-requisitos para a Revolução Industrial — processo histórico de emergência do capitalismo (128). Assim, pois, chegamos ao núcleo da *dinâmica do sistema: ao funcionar plenamente, vai criando ao mesmo tempo as condições de sua crise e superação*.

Este o mecanismo básico da crise, na sua dimensão estrutural. Antes, porém, que se esgotassem as possibilidades do sistema, isto é,

(127) Cf. B. Passarelli - *Colonialismo y acumulación capitalista en la Europa Moderna*, Buenos Aires, 1973, pp. 33-37.

(128) É extensíssima a bibliografia sobre a Revolução Industrial desde o clássico Paul Mantoux (*The Industrial Revolution in the Eighteenth Century*, trad. ingl. nova ed. Londres, 1961; ed. francesa original, 1905) até Phyllis Deane - *A Revolução Industrial*, trad. port. Rio de Janeiro, 1969, passando pelas obras de Ashton, Beales, Heaton, Clapham, David Landes, Castronuovo, C. Fohlen, entre os mais significativos.

antes que se atingissem os limites da exploração colonial, já as tensões geradas por esses mecanismos de fundo impõem reacomodações, alterações, mudanças que vão comprometendo o sistema colonial. Noutras palavras, não foi preciso que o capitalismo industrial atingisse seus mais altos graus de desenvolvimento e expansão para que o sistema colonial — colonialismo-escravista — entrasse em crise; bastou o primeiro arrâncue. Foram suficientes os primeiros passos da revolução industrial.

Assim, era da própria lógica do sistema de exploração colonial do Antigo Regime que as potências mercantilistas competissem ferozmente na órbita do ultramar; tal competição só se resolvia, enfim, com a hegemonia de uma delas. Nem é pura coincidência que a *Inglaterra* seja ao mesmo tempo a potência que levava de vencida a concorrência colonial e a nação que dá os primeiros passos no industrialismo moderno; sem se desprezar os fatores internos de seu crescimento econômico na rota da industrialização, a supremacia colonial permitiu-lhe carrear para dentro de suas fronteiras, mais que as outras potências, os estímulos advindos do sistema colonial. Em torno da década de 60 de Setecentos convergem a consolidação da preponderância inglesa e a abertura da Revolução Industrial.

Mas já então os problemas se colocam agudamente, neste período crítico que medeia entre 1763 (término da guerra dos Sete anos) e 1776 (independência do Estados Unidos). Superada a rivalidade com a França, pôde a Grã Bretanha, de um lado, reforçar seu próprio exclusivo metropolitano (tentativa de enquadramento das colônias da Nova Inglaterra nas linhas da política mercantilista), doutra parte, acentuar a penetração comercial nas colônias ibéricas, seja via metrópoles, seja pelo contrabando. Tudo isso era decorrência da supremacia política e do desenvolvimento industrial. Ao funcionar plenamente, portanto, o sistema engendra tensões de toda ordem. Quanto mais se avançava neste processo, menos a potência hegemônica podia suportar o comércio «independente» de suas colônias americanas; e cada vez mais o contrabando com as colônias ibéricas vai se tornando insuficiente para o escoamento de sua produção fabril. Ainda mais, as prerrogativas que as «plantations» inglesas das Antilhas detinham no mercado metropolitano inglês (era a outra face do Pacto) vão se tornando mais e mais onerosas para a metrópole: era como que a inversão do pacto colonial⁽¹²⁹⁾.

(129) Cf. Eric Williams - *Capitalism & Slavery*, p. 126.

Neste quadro de agudas tensões, neste complexo emaranhado de múltiplos interesses, o equilíbrio se torna evidentemente precário, e se rompe com a independência dos Estados Unidos. A constituição da nova República tinha com efeito implicações que de muito transcendiam o simples evento político. Era a primeira vez que uma colônia se tornava independente. Crises, tensões, competição, supremacia de uma potência que se apropriava de colônias de outras metrópoles haviam sido ajustamentos dentro do sistema. O que este evidentemente não comportava era a *ruptura do pacto*. Na medida mesma em que as tensões estruturais se agravavam, que os interesses divergentes vinham à tona, o mundo colonial passava a viver em tensão; a crítica do Antigo Regime atingia as colônias, onde encontrava ambiente altamente receptivo. Com a independência dos Estados Unidos porém o que era uma possibilidade passou a ser uma realidade. As inovações políticas envolvidas na forma republicana que assumia o novo estado ainda mais acentuavam o seu significado, marcando o início da *crise* não só do *sistema colonial* mas de *todo o Antigo Regime*. É pois um período de crise que se abre a partir de 1776; e temos agora de indicar a posição de Portugal e Brasil nesse processo, isto é, como esses mecanismos mais profundos atingiram o sistema colonial português, para analisarmos a política metropolitana que intentou enfrentar esses problemas.

CAPÍTULO III

OS PROBLEMAS DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

1) *Manifestações da crise*

Procuremos agora situar Portugal e Brasil no contexto dessa crise geral que afeta o Antigo Regime como um todo. Para os estadistas do final do século XVIII português, a crise apresenta-se primariamente como um conjunto de *problemas* que a monarquia absolutista tinha de enfrentar e resolver, alguns antigos que se agravavam na nova conjuntura, outros novos que emergem em face das recentes condições internacionais. Assim os via D. Rodrigo de Souza Coutinho (1), o mais notável dentre aqueles estadistas; ministro da Marinha e Ultramar a partir de 1796, reuniu logo no ano seguinte uma junta de ministros e «pessoas conspícuas pelos seus empregos e talentos» à qual fez presente uma *Memória sobre o Melhoramento dos Domínios na América* (2): no conjunto, vasto e articulado plano de fomento da exploração econômica do Brasil, «sem dúvida, a primeira possessão de quantas os Europeus estabeleceram fora do seu continente, não pelo que é, atualmente, mas pelo que pode ser, tirando

(1) Sobre D. Rodrigo de Souza Coutinho, cf. *O Conde de Linhares*, pelo Marquês de Funchal, Lisboa, 1908.

(2) Manuscritos: A.H.U. (Lisboa). Documentos avulsos. Rio de Janeiro. Caixa de 1797 (com o título de «Memórias de D. Rodrigo de Souza Coutinho sobre os melhoramentos dos Domínios de sua Majestade na América»), e B.N.R.J., Coleção Linhares, 1-29-13-16 (com o título de «Discurso pronunciado perante a Junta de Ministros e outras pessoas»).

Publicações: In *Brasília* (Coimbra), vol. IV, 1949, pp. 332-422, com introdução de Américo Pires de Lima (texto do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa) e in *Marcos Carneiro de Mendonça - O Intendente Câmara*, S. Paulo, 1958, pp. 277-299 (texto da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).